

Adriano Moreira

**EMIGRAÇÕES:
UMA GUERRA QUE NÃO DIZ O SEU NOME**



ACADEMIA DAS CIÊNCIAS
DE LISBOA

ACADEMIA DAS CIÊNCIAS DE LISBOA

FICHA TÉCNICA

TÍTULO

EMIGRAÇÕES: UMA GUERRA QUE NÃO DIZ O SAEU NOME

AUTOR

ADRIANO MOREIRA

EDITOR

ACADEMIA DAS CIÊNCIAS DE LISBOA

EDIÇÃO

ANTÓNIO SANTOS TEIXEIRA
SUSANA PATRÍCIO MARQUES

ISBN

978-972-623-296-4

ORGANIZAÇÃO



ACADEMIA DAS CIÊNCIAS
DE LISBOA

Academia das Ciências de Lisboa

R. Academia das Ciências, 19

1249-122 LISBOA

Telefone: 213219730

Correio Eletrónico: geral@acad-ciencias.pt

Internet: www.acad-ciencias.pt

Copyright © Academia das Ciências de Lisboa (ACL), 2015

Proibida a reprodução, no todo ou em parte, por qualquer meio, sem autorização do Editor

EMIGRAÇÕES: UMA GUERRA QUE NÃO DIZ O SEU NOME

Adriano Moreira

1. Foi com o título que escolhi para este ensaio que Claire Rodier, membro do GISTI (*Group d'information et soutien des immigrés*), abordou o problema suscitado pela emigração sem regras que nesta data desafia a dialética entre a segurança e o humanitarismo na Europa. Partiremos em todo o caso de pressupostos diferentes, e que são o voto de alcançar um “mundo único” tendo por suporte a convicção de que “a terra é a casa comum dos homens”. Isto porque a primeira observação que a crise suscita é a de que acabou o suposto “mundo único”, que tem como paradigma a Declaração Universal dos Direitos Humanos, com o corolário do renascimento dos “mitos raciais” que a UNESCO combateu e que se encontram agora acrescentados da *islamofobia*. Este infeliz acrescentamento, que tem como primeira pedra de alicerce o derrube das Torres Gémeas, responde entre os ocidentais, e mais agudamente entre os europeus, ao facto de que, “quase um século depois da sua emergência no Egipto, o Islão político está a redefinir o mundo muçulmano. Também conhecido por “islamismo”, esta poderosa ideologia defende que a comunidade global muçulmana, composta por mil milhões de crentes, só seria livre e grandiosa se fosse também piedosa – isto é, se os muçulmanos vivessem de acordo com a lei islâmica imposta pelo Estado, acharia, tal como aconteceu durante a maior parte da história islâmica”.¹ De facto, os movimentos migratórios, depois do fim da guerra fria, foram permanentes, e considerados normais, tanto do Norte para o Sul do mundo, como do Sul do mundo para o Norte, um número de milhares equivalentes, mas a corrente vinda do sul mais em busca de trabalho e futuro. Infelizmente, a filosofia do *credo do mercado* animou, quanto às massas de trabalhadores, o regresso de uma chamada “ideologia anti assimilacionista”, que teve uma referência importante quando, em Novembro de 2009, o Ministro da França para a Imigração, Integração, Identidade Nacional e Desenvolvimento, Eric Besson, iniciou um equívoco debate sobre a “identidade nacional”, isto numa época em que, incluindo aparelhos governamentais, a “inidentidade” é procurada como proteção. Mas se, quanto às massas trabalhadoras a reação apoiava a exploração dos salários baixos, a falta de proteção legal, e portanto, não a formação de comunidades ou diferenciadas ou assimiladas, mas sim de “multidões”, o facto surpreendente do ataque vitorioso do fraco ao forte, que o terrorismo representou, transformou esses grupos “multidões” em caldo de cultura de adeptos da violência, e também levou a recordar o valor colonial da assimilação, nesses tempos de submissão política, agravando o anti-assimilacionismo, agravado pela forma de “guerra que não declara o seu nome” que assumiu o chamado Estado Islâmico do Iraque e do Levante.

¹ Sarah Birice (et All.), *Islão – Guerras sem fim*, Cadernos D. Quixote, Lisboa, 2015.

Não recordando necessariamente os escritores que, por exemplo, Gilberto e Nabuco no Brasil, se preocuparam com o multiculturalismo, as influências criativas, ou as incompatibilidades inultrapassadas, a UNESCO, desafiada pelas diferenças e perdas humanas da descolonização, conseguiu multiplicar e fortalecer os estudos sobre os mitos raciais, largamente responsáveis pelos crimes contra a humanidade, que as leis posteriores ao fim da 2ª Guerra Mundial definiram e puniram, sendo especialmente relevantes os mitos judaico, negro, mestiço, desafiantes da superioridade rracica dos brancos. O genocídio nazi, pelo seu horror remeteu para o esquecimento genocídios do passado histórico. Primeira das esperanças e ideais da paz da ONU foi que tudo evoluísse no sentido de diminuição progressiva dessa mitologia, afirmando o progresso da igual dignidade das culturas, das religiões, das etnias. De facto, se proclamamos, como Mandela – somos todos sul africanos, ou como Obama quando terminou um dos discursos gritando – somos todos americanos, participamos num válido apelo ao progresso dos valores da igualdade, mostrando o segundo alguma inquietação com as minorias. Mas ambos devem ser lembrados quando o processo das migrações que perturbam a Europa está a fazer nascer e reforçar a islamofobia, que sobretudo coloca o receio antes dos valores humanistas. Não podem ser ignorados os movimentos nacionalistas e eurocéticos que apoiam a formação das forças contrárias aos europeístas da unidade, afirmando o risco dos valores culturais europeus e da própria identidade da Europa. A diferenciação religiosa, que é a mais perigosa inspiração do terrorismo para sempre lembrado pelas torres gémeas de Nova Iorque, está presente. Tempo de lembrar a intervenção de Oriana Fallaci quando em 2001 em *La rage et l'orgueil*, apelou à mobilização contra o inimigo, parecendo evidente que a defesa da segurança perante as agressões do terrorismo, que mata friamente inocentes para enfraquecer a confiança das sociedades civis nos governos legítimos, é um dever dos Estados coberto pelo Direito. Mas é incompatível com a generalização do medo, que perturba a identificação das diferenças das situações no caso presente, que não pode invocar o conceito de Bento XVI, ao dizer então, porque tinha em mente o terrorismo, que enfrentávamos um “credo beligerante”, porque o que enfrentamos agora é um drama humano que tem entre outras numerosas causas, erros ocidentais, designadamente intervenções militares sem fundamento, ou esquecendo a regra prudencial de escolher um mal menor como por exemplo aconteceu no Iraque. A única maneira de deter esta emigração está em conseguir estabelecer um bom governo na origem dos fugitivos, e na eliminação das empresas que crescem os lucros na medida em que causem a transformação do mediterrâneo num cemitério. Do que se trata agora é de Direitos Humanos e da proclamada “Terra casa comum dos Homens” que se desmorona, urgindo limitar as fraturas do denominado “Mundo Único”. O medo não é o melhor estado de espírito, o humanitarismo é a exigência prioritária, e por isso é indesculpável que um governante da União Europeia tenha demonstrado completa ignorância ou esquecimento de que atos fortuitos desencadeiam grandes catástrofes: a morte de um príncipe foi suficiente para desencadear a 1ª Guerra Mundial. Quando o Primeiro-Ministro Viktor Orbán da Hungria autorizou o exército a disparar contra os refugiados estava dispensado de acrescentar “desde que os tiros não sejam mortais”. A difícil intervenção está em

conseguir um bom governo nas origens das migrações e não dar o exemplo de consentir a qualquer dos seus governos ignorar a Declaração Universal dos Direitos do Homem.

Posto isto, para salvaguarda dos princípios, temos de reconhecer que a *soma do terrorismo*, com a verdadeira declaração de guerra aos ocidentais pelo Estado Islâmico, com as imigrações que transformam o Mediterrâneo num cemitério, tudo apoiado em complexos militares industriais, e em organizações criminosas que fomentam e exploram, e fazem morrer os que lhes pagam para a imigração clandestina, transformam a situação numa questão de *governança mundial*, sem ignorar responsabilidades ocidentais por intervenções militares esquecidas da regra do *mal menor*, como aconteceu no Iraque, que chega como exemplo. A questão das migrações ultrapassou as atitudes liberais de abertura das fronteiras, a que correspondeu a Convenção de 1990 sobre os direitos dos trabalhadores imigrados e das suas famílias, a qual nenhum Estado do norte europeu assinou; resolver o problema deixa de ser um tema incluído nos desafios da crise económica e financeira, para se fixar no *Frontex* de segurança das fronteiras europeias, e na eventual necessidade de um exército europeu, de modo que o Relatório de 2013 da OCDE, sobre as migrações em causa, sublinha que “as discriminações travam a participação no emprego dos imigrantes”.²

Como é já regra na União Europeia, as emoções ultrapassaram os normativos públicos tidos como desatualizados pela realidade, e a *semântica* assume uma série de perguntas sem respostas, porque não existe organização para as formular. De facto, o cadáver do pequeno Aylan fixou muitos espíritos nos efeitos considerados inevitáveis das fronteiras europeias fechadas e lançou o debate sobre o risco de não ser possível identificar e distinguir *clandestinos*, emigrantes, ou refugiados, enquanto é público que 430.000 pessoas atravessaram o Mediterrâneo desde Janeiro, tendo chegado à Grécia 310.000, e 120.000 à Itália, segundo na data em que escrevo, a Organização Internacional para as Migrações. Desde políticos como Merkel, ou Sarkozy, ou François Hollande, até artistas como Catherine Deneuve, reagem no sentido de moderar a receção e as quotas propostas, ao mesmo tempo que as razões económicas apoiam desta vez o humanismo, por exemplo na intervenção de Attali para o qual “os refugiados vão fazer da Europa a primeira potência mundial”, contribuindo para colmatar a baixa demográfica com que se defronta. A imprensa saxónica conserva-se mais prudente e moderadamente, lembrando por exemplo que 4.000 jihadistas possam vir ocultos nas longas filas de sírios em fuga da guerra. Por alarmistas que sejam, o facto é que a Chanceler Angela Merkel, que de imediato se juntara aos defensores do cumprimento dos deveres humanitários, anunciou em 13 de Setembro o restabelecimento dos controlos das fronteiras com a Áustria, mostrando-se todavia cuidadosa de receber uma mão-de-obra paga a salários baixos, para compensar a quebra da natalidade. O que obriga a meditar seriamente no conflito entre os deveres humanitários, e identificação dos que chegam depois de percorrerem centenas de quilómetros a pé, ou de

² OCDE, *Perspectives des migrations internationales*, Paris, 2013. Wihtol de Wendem, *La question migratoire au XXI siècle. Migrants réfugiés et relations internationales*, Sciences Po, Paris.

conseguirem atravessar vivos o Mediterrâneo, e a necessidade de avaliar a capacidade de recolher, com quotas, o que alguns técnicos anunciam ser entre 800mil e um milhão de imigrantes, pondo em dúvida as capacidades de acolhimento em plena crise económica e financeira, e sem desconhecer os riscos de a Europa se ver obrigada a descontrolar os orçamentos com o crescimento das exigências suspeitadas de segurança e defesa. Em Agosto último, Frontex assegurava que “o número de imigrantes detetados nas fronteiras da União Europeia tinha mais que triplicado em Julho em relação ao ano anterior”. Os caminhos do Mediterrâneo estão abertos da Turquia às Ilhas Gregas de Kos, Lesbos, Chios, ou Samos, dos Balkans para o Norte da Europa onde a Alemanha é um destino preferido para Afegãos, Iraquianos e Sírios, dos quais terão atingido 4 milhões os que abandonaram o país. Pelo Mediterrâneo, vindos do Sul, passam Eritreus, Nigerianos, Somalianos, Sudaneses. Por seu lado, o medo anuncia que o Estado Islâmico infiltrou 4.000 combatentes na Europa, afirmando Bernard Cazanueva, em Setembro, que não pode excluir-se a hipótese de “que os terroristas aproveitam a corrente de refugiados para entrar na Europa”, sem deixar de acrescentar a afirmação da falta de provas até esta data.³ A conclusão de François d’Orcival, de l’Institut, é que, “tal como a Alemanha, a França não poderá resistir à gigantesca crise migratória em curso sem restabelecer também a sua fronteira”. Isto é, a morte de Schengen. Ou, dito de maneira mais alarmante, o “mundo único” está fraturado, e a “terra morada comum dos homens” está em “guerra por toda a parte”, incluindo a que “não diz o seu nome”. Quando o Papa Francisco apela aos valores religiosos, até os agnósticos podem pelo menos acreditar que não há experiência do passado, pelo que o regresso à visão do mundo único e da terra casa comum dos homens, parece um caminho necessário para evitar que chegue ao desastre a ordem mundial em crise.

Não parece inteiramente exata a afirmação de que os direitos humanos são “uma invenção recente na escala da história”, bastando recordar a doutrina documentada pelo ensino nas Universidades ibéricas logo na data da expansão dos impérios português e castelhano, um partindo para o oriente, outro para ocidente, para finalmente se encontrarem, nem sempre amistosamente, nos mares da China. Mas é um facto que as Declarações atualmente em vigor são descendentes da Declaração de Independência Americana de 1776, da Francesa de 26 de Agosto de 1789, hoje, como forma de ambição globalizante, na Declaração Universal da ONU, de 1948. Infelizmente, sendo todas de inspiração e feitura ocidental, a leitura e aplicação pelas áreas culturais do mundo, e poderes políticos regentes, que ganharam a descolonização, além de perceberem que o texto de 1948 tem apenas o valor de uma Declaração, leram diferentemente as mesmas palavras – por exemplo direito de propriedade e conceito de Família – acontecendo ainda que os Pactos de 1976, sobre direitos civis e políticos, e direitos económicos, sociais e culturais, são imperativos apenas para os Estados que os ratifiquem. Foram depois publicados vários, com incansáveis juristas, acompanhando a Amnistia Internacional, e o Alto Comissariado das Nações Unidas para os Direitos do Homem, a tentar que sejam respeitados e aceites, sem que, regionais ou mundiais,

³ Estes elementos são recolhidos da Revista *Valeurs Actuelles*, 7 a 23 de Setembro de 2015.

tornem realmente efetiva a proteção das crianças, mulheres, refugiados, e agora os imigrantes que designadamente procuram futuro na Europa suposta rica, e morrem no mediterrâneo sem afetar os lucros da criminalidade que organiza as migrações. Se grande parte dos mecanismos internacionais organizados depois da guerra são manifestamente frágeis no sentido de levarem os poderes políticos a cumprirem com normas promulgadas, uma fraqueza que financeiramente atinge hoje os governos dos antigos colonizadores, se não foi sequer possível que um conceito partilhado de paz impedisse que milhares de crianças participem como combatentes nas guerras que se multiplicam “por toda a parte”, nesta data, e pelo que toca à Europa, é o problema dos *pobres* que são cidadãos, e dos *imigrantes*, para cujo acolhimento e auxílio lhe escasseiam recursos, que particularmente angustiam a opinião pública que ainda venera a solidariedade, e leva os responsáveis a pensar na segurança antes do humanitarismo. Por muito que se fale em globalismo, de facto é o chamado “mundo único” que está cada vez mais longe de ser a realidade prometida. E o que mais se torna evidente é que esta fraqueza dos Estados, para os quais se dirigem os imigrantes, uma realidade angustiante, é que a causa está em primeiro lugar no facto de os países de origem não terem chegado ao enquadramento do desenvolvimento sustentado, não apenas por razões económicas, mas pelo mau governo, porque os regimes são extrativos e não inclusivos, porque os direitos políticos não são reconhecidos. De facto, palavras como direitos económicos, direitos sociais, direitos culturais, não encontram ali uma tradução semântica e menos tradução nos factos, tendo ficado como apenas poético o princípio de que era necessário ensinar a pescar e não dar o peixe. A decisão da população que imigra, com risco de vida frequentemente não evitado, é para salvar a vida e o futuro que aceitam a aventura. A crise mundial acrescenta, infelizmente, uma atitude de discriminação defensiva, que perigosamente está a fazer renascer os mitos raciais e, ao mesmo tempo, a facilitar o recrutamento para a violência do terrorismo. O Papa Francisco avisa com urgência e esperança. Mas esta última depende de uma reforma da ordem mundial que não se vislumbra. Designadamente, a urgência de reformar e reanimar a ONU é geralmente sentida, a descuidada intervenção na crise financeira e económica global, do Conselho Económico e Social, agrava o desânimo das populações, e o capital de esperança entra também em crise.

*(Comunicação apresentada no Instituto de Estudos Académicos para Seniores
no ciclo Migrações, causas e consequências,
dia 13 de Janeiro de 2016)*